

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

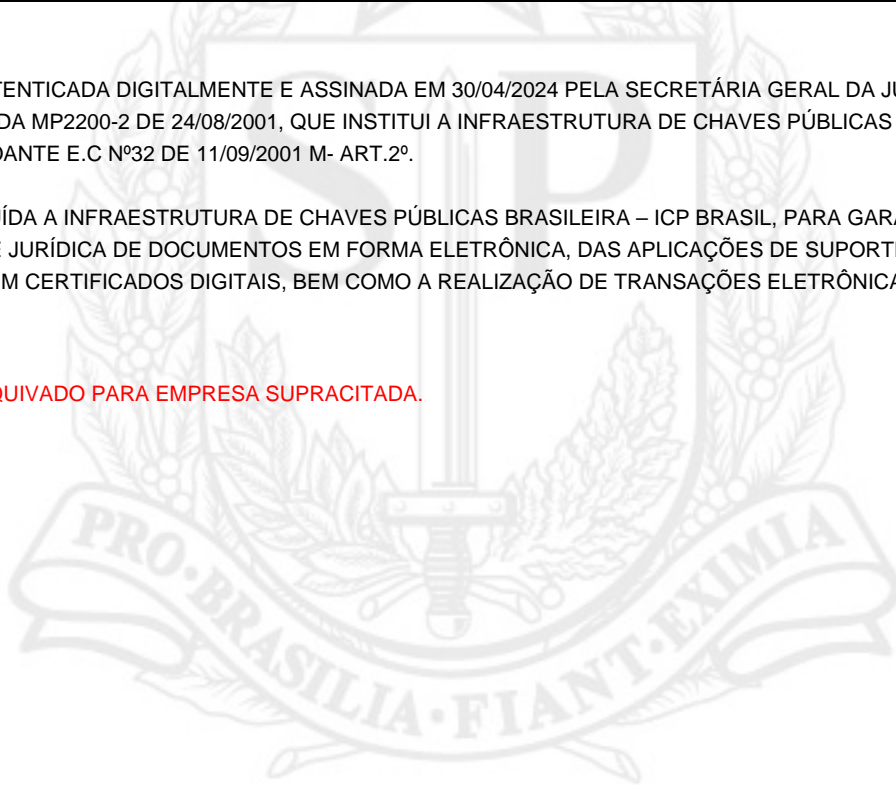
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL PORT CON CONSTRUTORA LTDA.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
NIRE 35203689576	CNPJ 55.980.858/0001-51	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.101.860/24-8	DATA DO ARQUIVAMENTO 25/04/2024

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 30/04/2024	HORA DE EXPEDIÇÃO 21:42:32	CÓDIGO DE CONTROLE 237290761
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 30/04/2024 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARIA CRISTINA FREI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPP2430418910



DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Alteração de Atividades/Objeto		
NOME EMPRESARIAL PORT CON CONSTRUTORA LTDA.		PORTE Demais
LOGRADOURO AVENIDA AVENIDA FAZENDA IBICABA		NÚMERO 520
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO DISTR.INDL.PREF.JOS	CEP 13494000
MUNICÍPIO CORDEIRÓPOLIS		UF SP
E-MAIL portcon@terra.com.br		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1ª Exigência	CNPJ - SEDE 55980858000151	NIRE - SEDE 35203689576
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS - Sócio-Administrador DATA ASSINATURA: ASSINATURA:		VALORES RECOLHIDOS DARE R\$ 251,76 DARF Isento

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:
-------------------	--------------

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

22/04/2024

Página 1 de 1



ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PORT CON CONSTRUTORA LTDA

CNPJ 55.980.858/0001-51

Pelo presente instrumento particular, os adiantes nomeados, qualificados e ao final assinados:

LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS, brasileiro, natural de São Paulo, Estado de São Paulo, maior, casado sob regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.205.119, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF (MF) nº 208.349.188-20, residente e domiciliado na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, à Rua José Sebastião Soares, 157, Parque São Bento, CEP 13.484-268;

PRL80 PARTICIPAÇÕES LTDA, com sede e foro na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, na Rua José Sebastião Soares, 157, Parque São Bento, CEP 13.484-268, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.160.780/0001-01, com o contrato social de constituição devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE nº 35262749636 em sessão do dia 11/12/2023, neste ato por seu representante e administrador **LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS**, brasileiro, natural de São Paulo, Estado de São Paulo, maior, casado sob regime de comunhão universal de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.205.119, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF (MF) nº 208.349.188-20, residente e domiciliado na cidade de Limeira, Estado de São Paulo, à Rua José Sebastião Soares, 157, Parque São Bento, CEP 13.484-268;

ÚNICOS SÓCIOS da empresa **PORT CON CONSTRUTORA LTDA.**, com sede à Avenida Fazenda Ibicaba, nº 520, Distrito Industrial Prefeito José Geraldo Boteon, na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, CEP. 13.494-000. CNPJ. 55.980.858/0001-51, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35203689576 em sessão de 01/07/1986, e posteriores alterações sendo a última arquivada sob nº 008.784/24 em sessão de 12/01/2024, **ALTERAR** o mencionado Contrato Social mediante as seguintes cláusulas e condições:

I

Altera a Atividade Principal que passa que passa a ser 71.12-0-00 – Serviços de Engenharia, ficando assim as atividades da empresa:

Atividade Principal – 71.12-0-00 – Serviços de engenharia

Atividades Secundárias:

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
SOB A FORMA DE LIMITADA

1/10

42.11-1-01 – Construção de Rodovias e Ferrovias
23.30-3-01 – Fabricação de Estruturas pré –moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
41.20-4-00 – Construção de edifícios
42.13-8-00 – Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas
43.13-4-00 – Obras de terraplenagem
77.32-2-01 – Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

II

Ante a transferência de quotas sociais acima mencionada o Artigo 4º e Artigo 5º da Cláusula Segunda – Do Capital Social desta sociedade passará a partir desta data, vigorar com a seguinte redação;

ARTIGO 4º- O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, é de **R\$ 2.001.000,00** (dois milhões e mil reais), dividido em **2.001.000** (dois milhões e mil) quotas, de valor nominal de **R\$ 1,00** (Um Real) cada uma, assim distribuído:

1) Ao sócio **LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS**, caberão **1.600.800,00** (um milhão, seiscentos mil e oitocentas) quotas que totalizam **R\$ 1.600.800,00** (um milhão, seiscentos mil e oitocentos reais);

2) À sócia **PRL80 PARTICIPAÇÕES LTDA**, caberão **400.200** (quatrocentas mil e duzentas) quotas que totalizam **R\$ 400.200,00** (quatrocentos mil e duzentos reais);

ARTIGO 5º As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, e cada uma delas dará direito a um voto nas deliberações dos sócios, nos termos do artigo 1.056 do Código Civil.

V

Após a alteração acima, resolvem os sócios reestruturar e consolidar todo contrato social, que doravante passará a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal

PORT CON CONSTRUTORA LTDA

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
SOB A FORMA DE LIMITADA

2/10

CNPJ 55.980.858/0001-51

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DO OBJETO SOCIAL

ARTIGO 1º Fica constituída uma sociedade limitada, que girará sob a denominação social de **PORT CON CONSTRUTORA LTDA.**, e reger-se-á pelas disposições aplicáveis às sociedades limitadas do Código Civil Brasileiro (arts. 1052 a 1087), pelo presente contrato e, nas omissões, pela legislação específica das sociedades anônimas.

ARTIGO 2º A sociedade limitada unipessoal tem sede na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, na **Avenida Fazenda Ibicaba, 520, Distrito Industrial Prefeito José Geraldo Boteon, CEP: 13.494-000.**

Parágrafo Primeiro: A empresa possui uma filial Localizada na cidade de Itapeva/SP, na Rodovia SP249, S/N, KM 82+249m, Bairro Jardim Bela Vista, CEP: 18.400-000 inscrita no CNPJ sob nº 55.980.858/0002-32, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sobre o NIRE nº 35903504021, sem capital social e atividades destacadas.

ARTIGO 3º A sociedade tem por objetivo social as atividades de:

- a)** 4211-1/01 – 7112-0/00 – Serviços técnicos de engenharia em projetos, inspeção, fiscalização e gerenciamento de obras
- b)** 4211-1/01 – Fornecimento de massa asfáltica para terceiros e prefeituras para tapa buracos
- c)** 4213-8/00 – Obras de Urbanização – ruas, praças e calçadas
- d)** 4313-4/00 – Obras de terraplenagem
- e)** 4120-4/00 – Construção de Edifícios
- f)** 2330-3/01 – Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto
- g)** 4211-1/01 – Construção, pavimentação, conservação, recuperação e manutenção de rodovias, ferrovias, pistas, aeroportos, de praças de pedágio e barreiras acústicas
- h)** 7732-2/01 – Aluguel de equipamentos, máquinas, sem operador exceto andaimes

CLÁUSULA SEGUNDA
DO CAPITAL SOCIAL

ARTIGO 4º- O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, é de **R\$ 2.001.000,00** (dois milhões e mil reais), dividido em **2.001.000** (dois milhões e mil) quotas, de valor nominal de **R\$ 1,00** (Um Real)

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
SOB A FORMA DE LIMITADA

3/10

cada uma, assim distribuído:

1) Ao sócio **LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS**, caberão **1.600.800,00** (um milhão, seiscentas mil e oitocentas) quotas que totalizam **R\$ 1.600.800,00** (um milhão, seiscentos mil e oitocentos reais);

2) À sócia **PRL80 PARTICIPAÇÕES LTDA**, caberão **400.200** (quatrocentas mil e duzentas) quotas que totalizam **R\$ 400.200,00** (quatrocentos mil e duzentos reais);

ARTIGO 5º As quotas são indivisíveis em relação à sociedade, e cada uma delas dará direito a um voto nas deliberações dos sócios, nos termos do artigo 1.056 do Código Civil.

ARTIGO 6º Os sócios que inadimplirem com suas obrigações de integralização de suas quotas subscritas, responderão perante a sociedade pelo dano causado e mora. Permanecendo remisso, este poderá ser excluído extrajudicialmente, sendo-lhe devolvidas as importâncias anteriormente desembolsadas, deduzindo-se os juros da mora e as despesas correlatas (artigos 1004 e 1058 do Código Civil).

ARTIGO 7º As quotas do capital social são impenhoráveis por dívidas ou obrigações contraídas pelos sócios, e não poderão ser objeto de penhor ou ser onerada por qualquer forma, sem a prévia aprovação expressa dos sócios representando a totalidade do capital social, sob pena de nulidade.

CLÁUSULA TERCEIRA **DA RESPONSABILIDADE DO SÓCIO**

ARTIGO 8º A responsabilidade de cada sócio é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do artigo 1052, do Código Civil.

CLÁUSULA QUARTA **DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

ARTIGO 9º A administração desta sociedade caberá ao Sócio **LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS** e também aos Administradores Nomeados: **RODRIGO SANTIAGO CLARO**, brasileiro, casado, assistente administrativo, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 29.395.868-3, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, inscrito no C.P.F/MF nº 192.043.398-88, residente e domiciliado no município de Rio Claro, Estado de São Paulo na Rua 12, 1.027, Jardim das Palmeiras, CEP: 13.502-170 e **LUCIENE MARIN GOMES RIBEIRO**, brasileira, casada, autônoma, portadora da Cédula de Identidade **RG nº 32.280.568-5**, expedida pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, inscrita no **CPF/MF sob nº 308.212.718-57**, residente e domiciliada no município de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, na

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA **SOB A FORMA DE LIMITADA**

4/10

Rua João Barroca Filho, 131, Vila Nossa Senhora Aparecida, CEP: 13.491-012, que, na qualidade de Administradores, terão poderes necessários para gerir e administrar a sociedade, da seguinte forma:

Isoladamente na representação da sociedade em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, sejam federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, podendo inclusive assinar documentos de licitações públicas, assumindo compromissos, firmando acordos, impugnando e oferecendo recursos à impugnação sofrida, podendo assinar todos os documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade.

Em conjunto sempre com a assinatura do Sócio e administrador LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS com um administrador nomeado nas escrituras quando da venda, hipoteca ou qualquer outro modo, em que se der por alienar ou gravar os bens imóveis do Ativo Permanente da sociedade, assinar, escrituras, títulos de dívidas, títulos de crédito, cambiais, cheques, ordens de pagamento e outros, contrair empréstimos, financiamentos e avais.

Parágrafo único: Em caso de impossibilidade do Sócio administrador **LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS**, por motivos de saúde, que gere incapacidade por período superior à 30 (trinta) dias, bem como, em caso de viagem ao exterior, por período superior à 60 (sessenta) dias, a administração da sociedade será exercida através da assinatura conjunta de um dos administradores nomeados juntamente com a assinatura de um procurador, que será nomeado pelo sócio remanescente da sociedade, podendo estes, para tanto, praticar todos os atos necessários para gerirem e administrarem a sociedade, com todos os poderes inerentes aos Administradores, enquanto perdurar a referida incapacidade ou ausência dos Administradores.

ARTIGO 9º: A responsabilidade técnica da sociedade será também exercida pelo Sócio e administrador **LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS**, engenheiro civil devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA sob n.º0600285565.

ARTIGO 10º O uso da denominação social é privativo dos Administradores, conforme dispõe o artigo 1.064, do Código Civil Brasileiro.

ARTIGO 11º É expressamente vedado ao Administrador, sendo nulos e inoperantes com relação à sociedade, os atos que a envolverem em obrigações relativas a fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, permitindo-se apenas a instituição de garantia hipotecária agrícola perante instituição financeira.

Parágrafo Único Ao Administrador que usar indevidamente a firma ou a

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
SOB A FORMA DE LIMITADA
5/10

denominação social, empregando-a em obrigações estranhas à sociedade em seu próprio benefício ou em favor de terceiros, pagará à sociedade, a título de multa, metade das obrigações por ele(s) contraída(s), mais o valor das obrigações.

ARTIGO 12º: Os Administradores **terão** direito a uma retirada mensal a título de “pró-labore”, à ser definida mediante acordo entre os sócios desta sociedade.

ARTIGO 13º: Os administradores poderão isoladamente nomear procuradores, através de Instrumento de Mandato, que conterà prazo determinado de validade, no caso de procuração “ad negotia”, ou finalidade específica, no caso de procuração “ad judicia”.

ARTIGO 14º: Os administradores declaram, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 1011, parágrafo 1º, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou de propriedade.

CLÁUSULA QUINTA **DO PRAZO DE DURAÇÃO E DO EXERCÍCIO SOCIAL**

ARTIGO 15º A sociedade terá duração por prazo indeterminado.

ARTIGO 16º No final de cada exercício, que coincidirá sempre com o ano civil, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, sendo que os lucros apurados poderão ser distribuídos de forma desproporcional as quotas de capital de cada um dos sócios, acaso seja interesse dos mesmos, facultando-se ainda, a constituição de fundo de reservas para destinação futura.

Parágrafo Único Ocorrendo prejuízo, será este transferido a uma conta especial, para os efeitos da compensação futura, salvo deliberação em contrário da maioria dos sócios.

CLÁUSULA SEXTA **DA ABERTURA E ENCERRAMENTO DE FILIAIS**

ARTIGO 17º A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por, no mínimo, sócios que representem três quartos do capital social.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA **SOB A FORMA DE LIMITADA**

6/10

CLÁUSULA SÉTIMA
DA CESSÃO DE QUOTAS E DA EXCLUSÃO DE SÓCIO

ARTIGO 18º O sócio que desejar ceder ou transferir suas quotas, no todo ou em parte, deverá notificar ao(s) sócio(s) remanescente(s) de seu interesse, informando preço e condições, para que eles exerçam, no prazo de sessenta dias, seu direito de preferência.

ARTIGO 19º Não havendo interesse do(s) sócio(s) remanescente(s) na aquisição das quotas ofertadas, o sócio retirante poderá indicar terceiro para aquisição das quotas. Havendo aprovação da indicação pelo(s) sócio(s) remanescente(s), procederá à competente Alteração Contratual que deverá ser assinada por todos os sócios.

ARTIGO 20º Não havendo aprovação do nome indicado para integrar a sociedade, proceder-se-á à apuração de haveres mediante levantamento de balanço patrimonial e de resultado econômico na data do evento, sendo pago tais haveres no prazo de **36** (trinta e seis) meses, com parcelas mensais e sucessivas, sem incidência de juros ou quaisquer acréscimos.

ARTIGO 21º O sócio que descumprir com seu dever de lealdade com a sociedade, causando dano irreparável à sociedade, poderá ser excluído **extrajudicialmente**, mediante decisão de sócios que representem a maioria do capital social, sendo que o resultado da apuração de haveres será pago no prazo de **36** (trinta e seis) meses, com parcelas mensais e sucessivas, sem incidência de juros ou quaisquer acréscimos.

ARTIGO 22º Se o ato praticado pelo sócio excluído nos termos do artigo anterior for de natureza dolosa, os eventuais prejuízos causados à sociedade serão reembolsados mediante abatimento das importâncias apuradas de seus haveres.

ARTIGO 23º São requisitos essenciais para a exclusão de sócio com base no artigo 21 que haja aprovação em reunião de sócio(s) especialmente convocada para esse fim, e que ao sócio excluído tenha sido dado tempo hábil para permitir o seu comparecimento na reunião, com garantia do direito de defesa, sendo tudo devidamente consignado em Ata.

ARTIGO 24º Qualquer sócio poderá ser excluído **judicialmente**, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente, nos termos do artigo 1030, caput, do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Único - Além de todos os casos previstos em lei, será considerada falta grave, para os fins deste artigo:

- a) abuso, prevaricação ou incontinência de conduta;
- b) concorrência desleal ou prática de atos contrários aos interesses da sociedade;
- c) ausência prolongada, sem motivo justificado, e;

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
SOB A FORMA DE LIMITADA

7/10

d) renúncia de má-fé.

ARTIGO 25° Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada.

CLÁUSULA OITAVA
DO FALECIMENTO, FALÊNCIA OU INCAPACIDADE DE SÓCIO.

ARTIGO 26° A sociedade não se dissolverá na hipótese de falecimento, interdição ou retirada de sócios, apurando-se na data do evento os haveres do sócio falecido, interdito ou sócio retirante para pagamento do que for de seu direito.

§ 1° Apurados por balanço patrimonial e de resultado econômico os haveres do sócio falecido, interdito ou extinto serão pagos em **36** (trinta e seis) parcelas iguais e mensais, vencendo-se a primeira, noventa dias depois de apresentada à sociedade autorização judicial que permita formalizar-se inteiramente a operação, inclusive perante o Registro do Comércio.

§ 2° Ficam, entretanto facultadas, mediante consenso unânime entre os sócios e herdeiros ou sucessores, outras condições de pagamento, desde que não afetem a situação econômico-financeira da sociedade.

§ 3° Mediante acordo com o(s) sócio(s) remanescente(s), o(s) herdeiro(s) do sócio falecido ou sucessores poderão ingressar na sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto a sua capacidade jurídica.

CLÁUSULA NONA
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

ARTIGO 27° A qualquer tempo, poderá este instrumento ser alterado no todo ou em parte, mediante decisão de sócios que representem três quartos do capital social, ficando, contudo, ressalvado ao sócio dissidente o direito de retirar-se da sociedade, aplicando-se as mesmas condições relativas à cessão de quotas.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA REUNIÃO DE SÓCIOS

ARTIGO 28° As decisões no interesse da sociedade serão tomadas pelos sócios em reunião, cuja ata será lançada em Livro da sociedade, a qual será levada para registro perante o órgão competente.

§ 1° Os sócios serão convocados para a reunião mediante carta com aviso de recebimento, dispensando-se a convocação através da imprensa escrita. A não convocação através da administração permitirá que os demais sócios tomem esta iniciativa, nos exatos termos do que estabelece o artigo 1.073 do Código Civil Brasileiro.

§ 2° Na reunião em que estiverem presentes todos os sócios, fica dispensada a convocação prévia.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
SOB A FORMA DE LIMITADA

8/10

§ 3º As deliberações tomadas de conformidade com a lei e o presente contrato nas reuniões dos sócios, vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

§ 4º Para as reuniões dos sócios, em primeira convocação, será necessária a presença de sócios que possuam três quartos do capital social, e em segunda convocação com qualquer número. O sócio poderá ser representado nas reuniões por outro sócio ou por advogado especialmente nomeado, e mediante outorga de procuração com poderes específicos.

§ 5º As decisões serão aprovadas pela maioria simples de votos dos presentes, sendo que cada quota dará o direito a um voto. Nas deliberações que a lei exigir um quorum diferente, este prevalecerá.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA **DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

ARTIGO 29º Nas deliberações sobre os negócios sociais e destino da sociedade prevalecerá o voto da maioria, sendo que cada quota de capital confere o direito a um voto. Nas deliberações que a lei exigir um quorum diferente, este prevalecerá.

ARTIGO 30º Em todos os casos de resolução da sociedade em relação a um sócio seja por retirada espontânea, exclusão judicial ou extrajudicial, falecimento, insolvência ou decretação de incapacidade superveniente, em havendo liquidação da quota pertencente ao ex-sócio, fica estabelecido que o valor a ser reembolsado ao sócio retirante, excluído, falecido, interdito ou falido ou seus representantes legais, será calculado em balanço especial com base na data do evento, sendo pago ao(s) mesmo(s) ou representante(s) legal(is) ou ainda credores, em **36** (trinta e seis) parcelas fixas e mensais, sem incidência de juros ou correção monetária, a fim de que a sociedade não seja onerada ao ponto de sua extinção.

Parágrafo Único – Uma vez comprovado haver condições financeiras e econômicas favoráveis, o prazo acima deverá ser menor, desde que a sociedade não seja onerada ao ponto de sua extinção ou mediante acordo entre as partes.

ARTIGO 31º Os sócios declaram expressamente, na forma da lei, não estarem incurso em nenhum crime previsto em lei, que os impeçam de exercerem atividades de empresário.

ARTIGO 32º Fica eleito o foro da cidade e comarca de **Cordeirópolis, Estado de São Paulo**, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir as dúvidas e questões que se fundarem no presente contrato.

E, por estar assim justo e contratado, assina o presente instrumento em três vias de igual teor e para o mesmo fim, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram, assinando em seguida, assinando em

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
SOB A FORMA DE LIMITADA

9/10

seguida, conjuntamente com os sócios.

Cordeirópolis/SP, 18 de abril de 2024.

S Ó C I O S

LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS

PRL80 PARTICIPAÇÕES LTDA
Rep.p. Luiz Augusto Clemente dos Santos

A D M I N I S T R A D O R E S

LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS

RODRIGO SANTIAGO CLARO

LUCIENE MARIN GOMES RIBEIRO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA
SOB A FORMA DE LIMITADA

10/10

DECLARAÇÃO

Eu, RODRIGO SANTIAGO CLARO, portador do Documento de Identificação nº 00667207032, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 19204339888, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa PORT CON CONSTRUTORA LTDA., **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) AVENIDA AVENIDA FAZENDA IBICABA, 520 - Bairro: DISTR.INDL.PREF.JOS, Cordeirópolis - SP CEP 13494000, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

RODRIGO SANTIAGO CLARO (Administrador)
00667207032

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

Os nomes indicados para assinatura, bem como seus status em 22/04/2024 são:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
Atos Constitutivos e alterações.pdf			
RODRIGO SANTIAGO CLARO	19204339888	22/04/24 15:09	AC SAFEWEB RFB v5 / PDF-1.7
LUCIENE MARIN GOMES RIBEIRO	30821271857	22/04/24 15:10	AC ONLINE RFB v5 / PDF-1.7
LUIZ AUGUSTO CLEMENTE DOS SANTOS	20834918820	22/04/24 15:10	AC ONLINE RFB v5 / PDF-1.7

Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº SPP2430418910

TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPP2430418910** de Alteração de Dados e Alteração de Atividades/Objeto da empresa **PORT CON CONSTRUTORA LTDA.**.

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Ana Claudia Jacintho**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 25/04/2024.

Ana Claudia Jacintho, CPF: 10761455825

Este documento foi assinado digitalmente por Ana Claudia Jacintho e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2430418910.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **PORT CON CONSTRUTORA LTDA. de NIRE 35203689576**, protocolizado sob o número **SPP2430418910** em **25/04/2024**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1101860248**.

Assina o registro a Secretária-Geral **Maria Cristina Frei**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 25/04/2024.

Maria Cristina Frei, CPF: 14804696881

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP

Fone: (11) 3468-3080